Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

Filiado à ANEF Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Honda S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.
Desempenho: No exercício de 2022 o Banco apresentou um lucro líquido de R$ 109,4 milhões, versus um lucro líquido de R$ 199,1 milhões no exercício de 2021. A variação no período reflete, principalmente, a aumento de despesas com intermediação financeira.
Títulos e Valores Mobiliários: Para a data base de 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios: "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", sendo essas cotas classificadas como disponíveis para venda.
Índice de Basileia: O Banco calculou o índice em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 41,75% (28,77% em 31 de dezembro de 2021, conforme legislação vigente à época).
Gerenciamento de Riscos: Para atendimento ao requerido nas Resoluções nº 4.945/21 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Resolução nº 130/2021 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.
Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
Circulante		2.507.413	2.321.291
Caixa e equivalente de caixa			
Disponibilidades	4	3.739	5.469
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	314.067	322.011
Aplicações em operações compromissadas		314.067	322.011
Ativos Financeiros			
Títulos e valores mobiliários		91.222	80.324
Cotas de fundo de investimento	4	314	343
Cotas de fundo de investimento FIDC	5	90.908	79.981
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.091	15.309
Instrumentos financeiros derivativos		6.091	15.309
Operações de crédito	7	2.084.959	1.890.488
Financiamentos - Setor privado		2.283.787	2.068.923
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(198.828)	(178.435)
Outros créditos	8	103	1.114
Diversos		103	1.114
Outros valores e bens		7.232	6.576
Bens não de uso próprio		8.845	9.331
Provisão para desvalorização		(1.727)	(2.987)
Despesas antecipadas		114	232
Realizável a longo prazo		2.263.027	2.290.688
Ativos Financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos	6	11.263	63.361
Instrumentos financeiros derivativos		11.263	63.361
Operações de crédito	7	2.005.156	1.920.544
Financiamentos - Setor privado		2.107.587	2.017.450
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(102.431)	(96.906)
Outros créditos	8	1.802	4.688
Diversos		1.802	4.688
Ativos fiscais correntes e diferidos		244.806	302.095
Ativos fiscais diferidos	14d	244.806	302.095
Permanente		14.365	10.151
Investimentos		6	6
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		347	386
Outras imobilizações de uso		921	1.127
(Depreciação acumulada)		(574)	(741)
Intangível		14.012	9.759
Software		33.084	25.966
(Amortização acumulada)		(19.072)	(16.207)
Total do ativo		4.784.805	4.622.130

PASSIVO

	Nota	2022	2021
Circulante		1.784.846	1.682.998
Passivos Financeiros			
Depósitos		647.074	1.239.011
Depósitos interfinanceiros	9	348.732	992.604
Depósitos a prazo	9	298.342	246.407
Recurso de aceites e emissão de títulos	10	170.974	110.134
Obrigações por emissão de letras financeiras		170.974	110.134
Obrigações para empréstimos	11	882.691	251.627
Obrigações para empréstimos		882.691	251.627
Instrumentos financeiros derivativos	6	34.224	5.499
Instrumentos financeiros derivativos		34.224	5.499
Provisões	13	1.073	745
Provisões para contingências		1.073	745
Outras obrigações	12	48.810	75.982
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.319	1.860
Fiscais e previdenciárias		10.631	35.272
Diversas		36.860	38.850
Exigível a longo prazo		1.952.584	1.881.249
Passivos Financeiros			
Depósitos	9	666.009	708.539
Depósitos interfinanceiros		368.226	501.053
Depósitos a prazo		297.783	207.486
Recurso de aceites e emissão de títulos	10	1.056.950	150.413
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.056.950	150.413
Obrigações para empréstimos	11	159.006	944.101
Obrigações para empréstimos		159.006	944.101
Instrumentos financeiros derivativos	6	8.530	3.778
Instrumentos financeiros derivativos		8.530	3.778
Provisões	13	29.308	28.034
Provisões para contingências		29.308	28.034
Outras obrigações	12	17.646	15.396
Diversas		17.646	15.396
Passivos fiscais correntes e diferidos	14e	15.135	30.988
Passivos fiscais diferidos		15.135	30.988
Patrimônio líquido	15	1.047.375	1.057.883
Capital social		524.387	524.387
Reserva de lucros		522.988	533.496
Total do passivo		4.784.805	4.622.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	524.387	30.303	604.043	-	1.158.733
Lucro líquido do exercício	-	-	-	199.150	199.150
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	9.958	-	(9.958)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	189.192	(189.192)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.387	40.261	493.235	-	1.057.883
Lucro líquido do exercício	-	-	-	109.491	109.491
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	5.475	-	(5.475)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	104.016	(104.016)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(120.000)	-	(120.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	524.387	45.736	477.251	-	1.047.375
Saldos em 30 de junho de 2022	524.387	42.987	425.029	-	992.403
Lucro líquido do semestre	-	-	-	54.972	54.972
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	2.749	-	(2.749)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	52.223	(52.223)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	524.387	45.736	477.252	-	1.047.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Resultado da intermediação financeira		428.043	714.568	917.384
Operações de crédito	7f	448.984	843.215	778.428
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	24.968	47.269	12.160
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6c	(45.909)	(175.916)	126.796
Despesas da intermediação financeira		(200.817)	(431.378)	(377.234)
Operações de captação no mercado		(145.224)	(250.515)	(122.118)
Despesas de obrigações por empréstimos	11b	(55.593)	(180.863)	(255.116)
Resultado bruto da intermediação financeira		227.226	283.190	540.150
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(96.886)	(167.943)	(127.504)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(35.967)	78.304	(53.668)
Receita de prestação de serviços	16	57.543	90.634	69.449
Outras despesas administrativas	17	(110.239)	(207.666)	(210.429)
Despesas de pessoal		(16.027)	(30.683)	(26.653)
Despesas tributárias		(19.063)	(34.806)	(34.295)
Outras receitas operacionais	18	61.536	281.001	166.652
Outras despesas operacionais	19	(9.717)	(20.176)	(18.392)
Resultado operacional		94.373	193.551	358.978
Resultado não operacional		1.066	1.433	232
Resultado antes da tributação sobre o lucro		95.439	194.984	359.210
Imposto de renda	14a	4.752	(24.211)	(38.389)
Contribuição social	14a	3.755	(19.845)	(31.207)
Ativo fiscal diferido		(48.974)	(41.437)	(90.464)
Lucro líquido do semestre/exercícios		54.972	109.491	199.150
Lucro líquido por ação do capital social		1,99	3,97	7,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro do semestre/exercícios	54.972	109.491	199.150
Resultado abrangente total	54.972	109.491	199.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Resultado ajustado antes da tributação sobre o lucro	198.793	375.299	497.403
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.439	194.985	359.210
Depreciações e amortizações	1.589	3.004	2.470
Despesa com provisões contingentes	3.954	8.108	8.342
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	96.886	167.943	127.504
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	925	1.259	(123)
Variação de ativos e obrigações	(176.261)	(257.060)	(536.562)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(497.044)	(447.027)	(281.256)
Aumento/(redução) em outros créditos e outros valores e bens	28.074	18.559	(1.082)
Aumento/(redução) em títulos e valores mobiliários	(6.162)	(10.927)	210.319
(Aumento)/redução em depósitos	(174.546)	(634.467)	(157.709)
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos	351.465	967.377	47.524
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	155.540	(154.031)	(84.107)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	20.526	94.792	(131.042)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(34.068)	(21.423)	(10.032)
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros	1.719	1.934	(2.424)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.765)	(71.847)	(126.753)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	22.532	118.239	(39.159)
Aquisição de imobilizado de uso	(21)	(229)	-
Aplicações no intangível	(3.037)	(7.712)	(2.769)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.058)	(7.941)	(2.769)
Pagamento de dividendos	-	(120.000)	(300.000)
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	-	(120.000)	(300.000)
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.474	(9.702)	(341.928)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	298.647	327.823	669.751
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	318.121	318.121	327.823
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.474	(9.702)	(341.928)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Honda S.A. (Banco, Instituição ou Banco Honda), autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. Adicionalmente, de acordo com o seu Estatuto Social, o Banco Honda S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, a qual tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. José Áureo Bustamante, nº 377, 3º andar, Bairro Santo Amaro, CEP 04710-090. A Honda South America Ltda.. é sua acionista detentora da totalidade do capital social.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela resolução BCB 02 e Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN: (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A emissão das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada pela Diretoria em 06 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 01 recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos impairment, os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado do período.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Títulos e Valores Mobiliários

Para os dois fundos de investimentos em direitos creditórios "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos creditórios Moto-Honda", o patrimônio líquido corresponderá ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Adicionalmente, todos os recursos que os Fundos possam receber, relativos a penalidades, indenização ou taxas compensatórias deverão ser incorporados ao Patrimônio Líquido.

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7d.

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco faz uso de *swaps*, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:

Operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro-rata* até a data do balanço.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve operação de hedge accounting.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (B3) e avaliadas a valor de mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referenciais da B3.

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente por motos e veículos recebidos em dação de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.

Mensalmente efetuamos o cálculo de valorização e desvalorização dos bens da carteira de retomados.

Os bens não de uso próprio são classificados como ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n° 4.747/2019.

Ativos e passivos fiscais diferidas

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda, e à alíquota de 20% para a CSLL.

Entretanto, por meio da Medida Provisória nº 1.115/22 que alterou a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988 que dispõe sobre majoração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, elevou a alíquota do setor financeiro para 21% durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Ativos contingentes

O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Despesas antecipadas

As despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são reconhecidas no ato de sua contratação.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%; veículos 20%; e demais equipamentos 10%.
- Intangível representado por *software* reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- **Imposto de renda:** 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício.
- **Contribuição social:** 20% sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2020, conforme a emenda Instrução Normativa 1.942; elevou para 21% durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

g. Resultados Recorrentes e não Recorrentes

As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidenciação nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:

- Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

h. Informações Suplementares

(Resolução 4.966)

Em atendimento as novas exigências do Banco Central para a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de Novembro de 2021, da qual os efeitos impactam o Banco Honda S.A, referente a adequação de conceitos e critérios contábeis para contabilização de Instrumentos Financeiros, a Administração do Banco Honda estabeleceu um Plano de Implementação para os novos critérios para o tratamento dos Instrumentos Financeiros, contendo as ações de avaliação e de adequação, com um cronograma de atividades até dezembro de 2024.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2022	2021
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias	3.739	5.469
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letra do Tesouro Nacional – LTN – posição bancada	314.067	30.911
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	-	291.100
Títulos e valores mobiliários		
Cotas de fundos de investimentos	314	343
	318.120	327.823

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados como disponíveis para venda, com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	2022 Valor de Custo Atualizado	2022 Valor de Mercado	2021 Valor de Custo Atualizado	2021 Valor de Mercado
Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda (i)	59.771	59.771	53.983	53.983
Cotas subordinadas - FIDC Moto Honda (ii)	31.137	31.137	25.998	25.998
	90.908	90.908	79.981	79.981

a. Cotas de investimento – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Para a data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios:

(i) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda

É um fundo de investimento aberto, administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. E gerido pela BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda.

O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017.

(ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda

É um fundo de investimento aberto, administrado pelo Santander Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda., criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Moto Honda da Amazônia Ltda.

O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 09 de outubro de 2019.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Rendas/Prejuízo de aplicação em cotas de fundo de investimento	6.162	10.927	(318)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	18.806	36.342	12.478
	24.968	47.269	12.160

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descasamentos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados com o objetivo de proteção (*hedge*)

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos de *swap*, registrados na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (B3).

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

2022

Contratos	Valor referência	Valor de custo - Ajuste a receber	Valor de custo - Ajuste a pagar	Valor de custo - Posição líquida	Valor justo - Ajuste a receber	Valor justo - Ajuste a pagar	Valor justo - Posição líquida
Swap	2.079.048	6.946	(65.980)	(59.034)	17.354	(42.755)	(25.401)
		6.946	(65.980)	(59.034)	17.354	(42.755)	(25.401)

2021

Contratos	Valor referência	Valor de custo - Ajuste a receber	Valor de custo - Ajuste a pagar	Valor de custo - Posição líquida	Valor justo - Ajuste a receber	Valor justo - Ajuste a pagar	Valor justo - Posição líquida
Swap	1.483.608	15.962	(15.433)	529	78.670	(9.278)	69.392
		15.962	(15.433)	529	78.670	(9.278)	69.392

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve operações destinadas a hedge accouting.

Para a obtenção dos valores de mercado dos *swaps* é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nas taxas da B3.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

Os valores de mercado e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

2022 — Vencimento – Valor justo

	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap					
Swap (ponta ativa)	-	-	6.091	11.263	17.354
Swap (ponta passiva)	-	(2.272)	(31.952)	(8.530)	(42.754)

2021 — Vencimento – Valor justo

	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap					
Swap (ponta ativa)	-	12.972	2.336	63.360	78.670
Swap (ponta passiva)	(2.241)	-	(3.257)	(3.779)	(9.277)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

2022 — Vencimento – Valor justo

	Indexador	Valor referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap							
Swap (ponta ativa)	USD	1.097.238	-	-	857.371	160.607	1.017.978
Swap (ponta passiva)	Pré	1.097.238	-	-	891.595	165.126	1.056.721
Swap							
Swap (ponta ativa)	CDI	981.810	-	-	172.749	913.553	1.086.302
Swap (ponta passiva)	Pré	981.810	-	-	166.658	906.303	1.072.961

2021 — Vencimento – Valor justo

	Indexador	Valor referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap							
Swap (ponta ativa)	USD	1.182.608	83.681	168.619	-	935.628	1.187.928
Swap (ponta passiva)	Pré	1.182.608	85.923	155.646	-	872.383	1.113.952
Swap							
Swap (ponta ativa)	USD	301.000	-	-	164.139	150.351	314.490
Swap (ponta passiva)	CDI	301.000	-	-	165.060	154.014	319.074

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Resultado de instrumentos financeiros	(45.909)	(175.916)	126.796

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	2022	2021
Setor privado		
Indústria	1.532	1.529
Comércio	93.081	63.976
Outros serviços	15.616	15.966
Pessoa física	4.281.145	4.004.902
	4.391.374	4.086.373

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2022	%	2021	%
Vencidos				
Até 14 dias	26.256	0,6%	20.057	0,5%
De 15 a 90 dias	26.321	0,6%	18.235	0,4%
De 91 a 180 dias	17.295	0,4%	14.444	0,4%
Acima de 180 dias	32.697	0,7%	31.608	0,8%
Total vencido:	**102.569**	**2,3%**	**84.344**	**2,1%**
A vencer				
Até 3 meses	638.047	14,5%	564.543	13,8%
De 3 a 12 meses	1.543.171	35,1%	1.420.036	34,8%
De 1 a 5 anos	2.107.587	48,0%	2.017.450	49,4%
Total a vencer:	**4.288.805**	**97,7%**	**4.002.029**	**97,9%**
Total:	**4.391.374**	**100%**	**4.086.373**	**100%**

c. Concentração do risco de crédito

	2022	2021
Dez maiores devedores	27.815	5.929
Demais devedores	4.363.569	4.080.444
	4.391.374	4.086.373

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do maior devedor é de R$ 5.849 (R$ 1.716 em 31 de dezembro de 2021).

d. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil

2022

Nível de risco	Percentual	Normal	Vencidas	Valor da Carteira	Provisão	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	0,0	-	-	-	-	-	-
A	0,5	1.702.602	-	1.702.602	8.513	-	8.513
B	1,0	157.897	24.778	182.675	1.827	-	1.827
C	3,0	1.946.416	91.607	2.038.023	61.141	-	61.141
D (i)	10,0	78.710	92.305	171.015	17.102	13.301	30.403
E	30,0	27.982	58.126	86.108	25.832	-	25.832
F	50,0	15.603	37.248	52.851	26.426	-	26.426
G	70,0	10.091	26.519	36.610	25.627	-	25.627
H	100,0	13.051	108.439	121.490	121.490	-	121.490
		3.952.352	**439.022**	**4.391.374**	**287.958**	**13.301**	**301.259**

continua...

HONDA
Banco

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

Filiado à ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

Nível de risco	Percentual	2021 Normal	Vencidas	Valor da Carteira	Provisão	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	0,0	-	-	-	-	-	-
A	0,5	1.948.176	-	1.948.176	9.741	-	9.741
B	1,0	95.764	19.071	114.835	1.148	-	1.148
C	3,0	1.561.993	67.426	1.629.419	48.883	-	48.883
D (i)	10,0	76.383	59.885	136.268	13.627	21.741	35.368
E	30,0	26.008	40.488	66.496	19.949	-	19.949
F	50,0	13.514	31.052	44.566	22.283	-	22.283
G	70,0	8.342	20.466	28.808	20.166	-	20.166
H	100,0	14.143	103.662	117.805	117.803	-	117.803
		3.744.323	342.050	4.086.373	253.600	21.741	275.341

(i) Foram realizadas provisões adicionais para perdas associadas ao risco de crédito, para a data base de 31 de dezembro de 2022 no segmento de Motos - rating D em 20% e para o exercício de 31 de dezembro de 2021 no segmento de Motos-rating D em 29%.

e. Movimentação da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no período

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Saldo inicial	277.465	275.341	269.192
Constituição no período	96.886	167.943	127.504
Créditos baixados como prejuízo	(73.092)	(142.025)	(121.355)
Saldo final	301.259	301.259	275.341
Recuperação de créditos baixados	(16.720)	(34.960)	(39.477)

Os saldo de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R$ 124.767 (R$ 68.901 em 31 de dezembro de 2021).

f. Resultado de crédito

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Resultado de operação de crédito	448.984	843.215	778.428
	448.984	843.215	778.428

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2022	2021
Devedores por depósitos em garantia	1.007	2.784
Devedores diversos - País	822	2.881
Outros	76	137
	1.905	5.802
	2022	**2021**
Circulante	103	1.114
Realizável a longo prazo	1.802	4.688
	1.905	5.802

9. DEPÓSITOS

Depósitos interfinanceiros	2022	2021
Circulante	348.732	992.604
Exigível a longo prazo	368.226	501.053
	716.958	1.493.657
	2022	**2021**
De 1 a 90 dias	127.756	418.016
De 91 a 360 dias	220.976	574.588
A vencer após 360 dias	368.226	501.053
	716.958	1.493.657

Depósitos a prazo	2022	2021
Circulante	298.342	246.407
Exigível a longo prazo	297.783	207.486
	596.125	453.893
	2022	**2021**
De 1 a 90 dias	83.102	9.275
De 91 a 360 dias	215.240	237.132
A vencer após 360 dias	297.783	207.486
	596.125	453.893

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2022	2021
Circulante	170.974	110.134
Exigível a longo prazo	1.056.950	150.413
	1.227.924	260.547
	2022	**2021**
De 1 a 90 dias	-	-
De 91 a 360 dias	170.974	110.134
A vencer após 360 dias	1.056.950	150.413
	1.227.924	260.547

As letras financeiras são classificadas de acordo com seus vencimentos contratuais, efetivadas dentro da regulamentação vigente, indexadas às taxas de juros de acordo com as praticadas pelo mercado.

11. OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. (Banco MUFG Brasil S.A), Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Banco Mizuho do Brasil S.A.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.041.697 (R$ 1.195.728 em 31 de dezembro de 2021) e é composto por financiamentos acrescidos de variação cambial (dólar) para essas operações. As obrigações para empréstimos do Banco têm operações com o último vencimento em dezembro de 2024 e com taxas pré que variam entre 0,7045% a 5,69% ano.

a. Composição das obrigações por empréstimos por prazo de vencimento

	2022	2021
Circulante	882.691	251.627
Exigível a longo prazo	159.006	944.101
	1.041.697	1.195.728
	2022	**2021**
De 1 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	83.687	251.627
De 181 a 360 dias	799.004	-
A vencer após 360 dias	159.006	944.101
	1.041.697	1.195.728

b. Despesa de obrigações por empréstimos

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Despesa de obrigações por empréstimos	(55.593)	(180.863)	(255.116)
	(55.593)	(180.863)	(255.116)

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2022	2021
Fiscais e previdenciárias (i)	10.631	35.272
Credores diversos - País	16.776	25.342
Taxa de registro - Alienação a pagar	14.457	13.831
Seguros sobre financiamento	6.951	3.653
Comissão a Pagar	2.375	2.357
Valores a pagar às sociedades ligadas	3.477	3.379
Bônus a pagar	1.993	2.289
Contas a pagar	4.080	1.067
Despesas de pessoal	1.950	1.795
Resultados de exercícios futuros	2.432	498
Outras	1.334	1.895
	66.456	91.378
	2022	**2021**
Circulante	48.810	75.982
Exigível a longo prazo	17.646	15.396
	66.456	91.378

(i) Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social corrente.

13. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco possui processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

Natureza	2022	2021
Contingências cíveis (i)	9.444	9.946
Contingências trabalhistas (ii)	19.864	18.088
Contingências tributárias (iii)	1.073	745
	30.381	28.779

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se em sua maioria a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui depósitos judiciais no montante de R$ 1.007 (R$ 2.784 em 31 de dezembro de 2021) os quais estão relacionados a estas contingências.

a. Movimentação das provisões para contingências

Exercício 2022	Saldo inicial	Adição / Atualização Monetária	Utilização	Reversão	Saldo final
Contingências cíveis	9.947	3.951	(4.125)	(329)	9.444
Contingências trabalhistas	18.087	5.259	(2.381)	(1.101)	19.864
Contingências tributárias	745	328	-	-	1.073
	28.779	9.538	(6.506)	(1.430)	30.381

Exercício 2021	Saldo inicial	Adição / Atualização Monetária	Utilização	Reversão	Saldo final
Contingências cíveis	9.125	5.779	(4.957)	-	9.947
Contingências trabalhistas	18.450	2.330	(2.693)	-	18.087
Contingências tributárias	512	233	-	-	745
	28.087	8.342	(7.650)	-	28.779

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possui um total de R$ 1.416 para processos tributários, sendo R$ 963 discutidos na esfera judicial e R$ 453 em discussão na esfera administrativa cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R$ 11.592 em 31 de dezembro de 2021).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Resultado antes da tributação	194.985	194.985	359.210	359.210
Adições temporárias				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	171.751	171.751	131.064	131.064
Provisão para contingências	9.538	9.538	9.155	9.155
Marcação ao Mercado dos derivativos	163.644	163.644	119.757	119.757
Provisão comissão e bônus	79.799	79.799	67.127	67.127
Outras adições	12.322	12.322	8.562	8.562
Exclusões				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.808)	(3.808)	(3.561)	(3.561)
Créditos irrecuperáveis	(267.527)	(267.527)	(193.520)	(193.520)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(35.047)	(35.047)	(41.806)	(41.806)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(7.937)	(7.937)	(14.008)	(14.008)
Marcação ao Mercado dos derivativos (-)	(128.415)	(128.415)	(202.922)	(202.922)
Reversão comissão e bônus	(80.077)	(80.077)	(66.860)	(66.860)
Outras exclusões	(11.053)	(11.053)	(12.513)	(12.513)
Valor-base para tributação	98.175	98.175	159.687	159.687
Alíquota-base	14.726	19.390	23.953	31.415
Alíquota adicional	9.793	-	15.945	-
Incentivo	(589)	-	(958)	-
PAT	(164)	-	(291)	-
Ajuste de períodos anteriores	445	455	(260)	(208)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	24.211	19.845	38.389	31.207

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
IRPJ e CSLL devidos no período	(23.766)	(19.390)	(38.389)	(31.207)
Realização do crédito tributário diferido	(41.919)	(39.872)	(57.525)	(51.150)
Constituição do crédito tributário diferido	18.899	21.455	4.533	13.678
Ajustes de períodos anteriores	(445)	(455)	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	(47.231)	(38.262)	(91.381)	(68.626)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo	206.278	206.278	359.570	359.570
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	301.259	301.259	275.341	275.341
Provisão para contingências	30.380	30.380	31.766	31.766
Outros	6.096	6.096	4.646	4.646
Marcação a Mercado - Swap	(33.634)	(33.634)	(68.862)	(68.862)
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	510.379	510.379	602.461	602.461
Total dos créditos tributários	127.595	102.076	150.616	120.492

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão classificados na rubrica “Ativos fiscais correntes e diferidos” no realizável a longo prazo e “passivos fiscais correntes e diferidos” no longo prazo.

d. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo em em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2022
Créditos baixados como prejuízo	161.807	65.213	(134.194)	92.826
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	123.904	18.275	(6.612)	135.567
Ações trabalhistas	8.140	2.367	(1.567)	8.940
Ações contrárias	4.476	1.778	(2.004)	4.250
Desvalorização - Bens não de uso próprio	1.344	411	(978)	777
Fator acidentário de prevenção	217	40	-	257
Outras adições	2.207	3.401	(3.419)	2.189
Saldo de créditos tributários	302.095	91.485	(148.774)	244.806

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2021
Créditos baixados como prejuízo	215.654	55.542	(109.389)	161.807
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	121.136	10.249	(7.481)	123.904
Ações trabalhistas	8.303	985	(1.148)	8.140
Ações contrárias	4.106	932	(562)	4.476
Desvalorização - Bens não de uso próprio	1.399	431	(486)	1.344
Fator acidentário de prevenção	191	26	-	217
Outras adições	2.011	3.795	(3.599)	2.207
Saldo de créditos tributários	352.800	71.960	(122.665)	302.095

e. Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2022
Marcação a Mercado Derivativos	(30.988)	39.083	(23.231)	(15.135)
Saldo passivo fiscal diferido	(30.988)	39.083	(23.231)	(15.135)

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2021
Marcação a Mercado Derivativos	8.771	10.984	(50.743)	(30.988)
Saldo passivo fiscal diferido	8.771	10.984	(50.743)	(30.988)

f. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Imposto de renda							
Créd. Baixados - Prejuízo	46.256	5.314	-	-	-	-	51.570
P.D.D.	72.580	187	665	1.794	88	-	75.314
Ações Trabalhistas	3.619	926	116	305	-	-	4.966
Ações Cíveis	1.035	519	294	185	118	210	2.361
Fator Acidentário de Prevenção	143	-	-	-	-	-	143
Desvalorização - BNDU	432	-	-	-	-	-	432
Outras Adições	1.092	-	-	-	125	-	1.217
	125.157	6.946	1.075	2.284	331	210	136.003

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Contribuição social							
Créd. Baixados - Prejuízo	37.005	4.251	-	-	-	-	41.256
P.D.D.	58.064	150	532	1.435	70	-	60.251
Ações Trabalhistas	2.895	741	92	244	-	-	3.973
Ações Cíveis	828	415	235	148	95	168	1.889
Fator Acidentário de Prevenção	114	-	-	-	-	-	114
Desvalorização - BNDU	345	-	-	-	-	-	345
Outras Adições	874	-	-	-	100	-	974
	100.126	5.556	860	1.827	265	168	108.802

g. Realização do passivo fiscal diferido

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Imposto de renda							
Marcação a Mercado derivativos	(7.522)	(886)	-	-	-	-	(8.408)
	(7.522)	(886)	-	-	-	-	(8.408)

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Contribuição social							
Marcação a Mercado derivativos	(6.018)	(709)	-	-	-	-	(6.727)
	(6.018)	(709)	-	-	-	-	(6.727)

O valor presente dos créditos tributários representa um montante de R$ 211.971 e o passivo fiscal diferido um montante de R$ 13.135 totalizando o montante líquido de R$ 198.836 em 31 de dezembro de 2022, considerando-se a taxa média de captação das operações no período, conforme Resolução CMN Nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição dos créditos tributários foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 31 de Dezembro de 2022 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 92,19% no ano de 2023; 4,75% no ano de 2024; 0,84% no ano de 2025; 1,79% no ano de 2026; 0,26% no ano de 2027 e 0,16% no ano de 2028.

Essas estimativas são revisadas semestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R$ 524.387 (R$ 524.387 em 31 de dezembro de 2021), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3° §2°).

c. Outras reservas de lucro

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

d. Dividendos

No primeiro semestre de 2022 foi autorizada uma distribuição de dividendos pela Assembleia em reunião realizada em 03 de março de 2022 com a distribuição de dividendos provenientes da reserva especial de lucros no montante de R$ 120.000 devidamente pagos em 08 de abril de 2022.

Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre	2022	2021
Rendas de serviços prioritários - Pessoa física	52.680	82.279	64.510
Rendas de cobrança	4.643	7.971	4.338
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	220	384	601
	57.543	90.634	69.449

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	2022	2021
Despesa de comisão (i)	(52.388)	(96.549)	(101.525)
Serviços de terceiros (ii)	(29.655)	(55.100)	(49.262)
Despesa de processamento de dados	(8.733)	(14.941)	(11.391)
Custas processuais	(5.791)	(10.402)	(10.155)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(2.963)	(6.254)	(7.748)
Serviços técnicos especializados	(4.266)	(6.757)	(6.132)
Despesa de cartório	(883)	(1.811)	(1.347)
Despesa de comunicação	(401)	(1.185)	(1.829)
Despesa de promoções e relações	(592)	(728)	(332)
Campanha de vendas	(182)	(926)	(323)
Outras despesas administrativas	(4.385)	(13.013)	(20.385)
	(110.239)	(207.666)	(210.429)

(i) basicamente pagamento de comissões de venda

(ii) basicamente serviços contratados de consultorias

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2022	2021
Reversão/utilização de outras provisões operacionais	3.064	7.949	8.697
Reversão de provisões diversas	-	-	533
Reembolso de despesa com Bens não de uso - BNDU	3.433	5.769	4.679
Outras (i)	55.039	267.283	152.743
	61.536	281.001	166.652

(i) Basicamente receitas com variação cambial.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2022	2021
Provisão para contingências	(4.075)	(9.249)	(9.163)
Desconto concedido	(470)	(809)	(465)
Indenização ações contrárias	(1.139)	(2.588)	(2.460)
Despesas com despachante	(1.324)	(3.103)	(2.848)
Campanha de cobrança	(839)	(2.416)	(1.441)
Outras	(1.870)	(2.011)	(2.015)
	(9.717)	(20.176)	(18.392)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

	Exercício 2°Semestre Receita (despesa)	2022 Ativo (passivo)	2022 Receita (despesa)	2021 Ativo (passivo)	2021 Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda. (Coligada)					
Valores recebidos antecipadamente	1.081	(2.432)	1.475	-	2.555
Moto Honda da Amazônia Ltda. (Coligada)					
Valores recebidos antecipadamente	3	-	8	8	72
Outras despesas	(1.116)	(51)	(2.082)	(194)	(1.650)
Honda Serviços Ltda. (Coligada)					
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(14.740)	(3.226)	(28.474)	(2.990)	(28.071)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Coligada)					
Aluguel de móveis e equipamentos	(1.190)	(200)	(2.336)	-	(2.369)
Depósitos a prazo	(24.487)	(410.700)	(34.801)	(182.119)	(7.145)
Valores a receber	(6)	-	(12)	-	(12)
Honda Leasing (Coligada)					
Depósitos interfinanceiros	(1.372)	(21.879)	(2.445)	(19.891)	(841)
FIDC Auto Honda (Invetismento)					
Agente de cobrança	2.180	-	4.098	-	3.230
FIDC Moto Honda (Investimento)					
Agente de cobrança	2.464	-	3.873	-	1.109

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No exercício de 2022 e 2021, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2022 somaram R$ 172 (R$ 158 em 31 de dezembro de 2021), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 41,75% (28,77% em 31 de dezembro de 2021, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento aos normativos vigentes, o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade de perdas, considerando, o apetite a riscos da instituição, e respectivos alertas para acionar ações e contramedidas específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo/cliente, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas.

Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte.

O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente, bem como, o valor em risco projetado.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na instituição pelo “IRRBB (risco da taxa de juros na carteira banking)”, devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, é realizada a mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros, considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros. Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, o Banco Honda utiliza os modelos EVE na abordagem de valor econômico e o NII, considerando a abordagem de resultado de intermediação financeira.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

Sobre o risco de liquidez, a instituição adota procedimentos de controle visando a constante verificação do equilíbrio de seu fluxo de caixa, atentando-se ao descasamento entre entradas e saídas, considerando, valores, taxa de juros, indexadores e o vencimento de cada operação ativa e passiva.

Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas, referentes à disponibilização de procedimentos, padrões e instrumentos, os quais possibilitem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas, tanto às ocorrências externas, assim como internas, tais como fraudes, erros, desvios ou práticas inadequadas de colaboradores, entre outros.

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de dados socioambientais, a instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para seguir, além das diretrizes corporativas, as diretrizes internas para monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais nas operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Conformidade

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles Internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela “Alta Administração”, em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à “Filosofia Honda”.

Gerenciamento do Risco Reputacional

No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital monitora e controla a necessidade de capital próprio para se fazer frente às adversidades que a instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias.

O detalhamento das estruturas acima expostas está evidenciado no site do Banco Honda, na seção de “Gerenciamento de Riscos”, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. *Covenants*

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco Mitsubishi UFJ Trust and Banking Corporation, Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation, Banco Mizuho Corporate, Ltd./ Mizuho com último vencimento em dezembro/2024, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômico.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados. Durante o período de 2022 e 2021, não houve descumprimento dos acordos contratuais.

e. Análise de Sensibilidade

A manutenção de uma política conservadora pela Instituição minimiza os efeitos da volatilidade de preços do mercado sobre suas posições financeiras, neste contexto, as captações externas efetivadas pelo Banco (empréstimos em moedas estrangeiras), são 100% protegidas, através de instrumentos financeiros, de variações nos preços das moedas/juros. No que se refere às captações internas, sejam estas pré ou pós-fixadas (risco da taxa de juros), destaca-se a gestão da posição ativa/ passiva adequadamente alinhada nestes indexadores, minimizando o efeito da volatilidade da taxa de juros sobre as carteiras e resultados.

Resultados recorrentes e não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para os exercícios findos em de 31 de dezembro de 2022 e 2021, os resultados divulgados pelo Banco são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

DIRETORIA

MARCOS ZAVEN FERMANIAN	RODRIGO NOBORU GONDO	ATSUSHI FUJIMOTO	MASAICHI KOBAYASHI	JOSÉ MAURO DO CARMO
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Executivo	Diretor	CONTADOR - CRC 1SP168947/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do
Banco Honda S.A. - *São Paulo - SP*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 ‘F’ SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3